

PARA: Presidente da Câmara, Joaquim Jorge Ferreira
Vice-Presidente, Rui Luzes Cabral
Vereadora, Inês Lamego
Vereador, Helder Simões
Vereadora, Ana Filipa Oliveira
Vereador, Rogério Ribeiro
Diretor-Chefe da EMGAGPA, Dr. José Figueiredo

PLANO GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

Relatório de Acompanhamento e Execução 2021

Oliveira de Azeméis, 10 de março de 2022

Nuno Gomes
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação
\\vps-storage2\gaicgl\Dados Partilhados\PGGROM\2021\Relatório
Final\Relatório_Execução_PGGRO_2021.doc

Despacho:

ÍNDICE

ABREVIATURAS	2
1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Enquadramento	4
1.2. Ambiente de Controlo e Monitorização	6
2. EXECUÇÃO DO PLANO GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS	7
2.1. Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais	7
2.2. Sistema de Gestão da Qualidade	8
2.3. Auditoria de Acompanhamento à Execução do PGGRO	11
2.4. Análise à Execução do PGGRO	12
3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	25

ABREVIATURAS

Abreviatura	Extenso
CPC	<i>Conselho de Prevenção da Corrupção</i>
DAIPSI	<i>Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação</i>
MOA	<i>Município de Oliveira de Azeméis</i>
PAC	<i>Pedido de Ação Corretiva</i>
PGGRO	<i>Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais</i>
PPRCIC	<i>Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas</i>
RGPD	<i>Regulamento Geral de Proteção de Dados</i>
SGQ	<i>Sistema de Gestão da Qualidade</i>
UO	<i>Unidades Orgânicas</i>

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório intercalar de acompanhamento e execução do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais (PGGRO) do Município de Oliveira de Azeméis (MOA) foi elaborado em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1.1 da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e constitui o documento de suporte relativo à monitorização do PGGRO da organização, contendo a informação referente à implementação das medidas definidas para minimizar os riscos identificados, com base na informação obtida no âmbito do processo de controlo e monitorização da sua implementação/execução.

1.1. Enquadramento

O presente relatório intercalar tem por objetivo analisar a execução do PGGRO relativa ao ano de 2021, no seguimento do reporte efetuado pelos serviços, conforme definido no PGGRO (ponto 2. do PPRCIC que integra o PGGRO no seu ponto 2.1.).

A continuidade do estado de pandemia COVID 19 em 2021, causou condicionalismos no âmbito laboral, nomeadamente, com o encerramento de serviços e o funcionamento em regime de teletrabalho no período compreendido entre janeiro e junho.2021, situação que se repetiu no final do ano, entre 27 e 31.dezembro.

Este contexto poderia ter provocado um impacto desfavorável na aplicação dos planos de ação, no entanto, os procedimentos de revisão/atualização dos planos desenvolvidos pelos diferentes serviços, revelam que esta conjuntura foi considerada pelos serviços como uma oportunidade de melhoria, com repercussão na execução obtida para este período. Diversos serviços efetuaram revisões e atualização dos seus planos de ação ou concluíram a transição desses planos para o novo modelo de gestão de risco por integração do SGQ.

De referir que a transição do SGQ do MOA para os requisitos da norma ISO 9001:2015, levou à alteração do modelo de gestão de risco existente e à adoção de um novo modelo no sentido de integrar a nova abordagem à gestão do risco da referida norma com o PGGRO, evitando desta forma a duplicação de instrumentos de gestão do risco.

A avaliação do risco efetua-se a partir de uma matriz de riscos, à qual está associada uma escala de avaliação. Para aplicação avaliação de risco foi desenvolvido um modelo adaptado do *FMEA - Failure Mode and Effect Analysis* (análise dos modos de falha e seus efeitos). Este método é utilizado para melhorar processos ou atividades, quer com base em falhas pré-existentes, quer para evitar a ocorrência de potenciais falhas. Numa fase inicial são identificadas as falhas, priorizadas em relação ao risco de ocorrerem, ao seu impacto na organização e avaliado o seu nível de risco inicial. Na segunda fase são definidas medidas para eliminar ou reduzir sua ocorrência, sendo efetuada nova avaliação do nível de risco dos processos ou atividades após a implementação de medidas e ações de controlo. Esta segunda avaliação deverá evoluir no sentido de uma diminuição do nível de risco, relativamente ao risco inicial, após a implementação das medidas e ações de controlo.

O ano de 2021 fica ainda assinalado por eleições autárquicas, que ocorreram a 26.setembro. A realização de eleições nas autarquias, de forma geral, provoca alterações nos órgãos municipais e consequentemente, a reorganização da estrutura de apoio ao executivo camarário eleito e a adaptação dos serviços à mesma. Os novos órgãos municipais eleitos tomaram posse no dia 16.outubro.2021.

O presente relatório tem como principais objetivos:

- Identificação dos serviços abrangidos pelo PGGRO e respetivos responsáveis pela execução das medidas;
- Identificação das alterações e/ou revisões efetuadas aos planos de ação dos serviços;
- Verificar os reportes efetuados;
- Verificar o cumprimento/execução das medidas definidas pelos serviços para tratar mitigar os riscos identificados;
- Aferir a taxa de execução das medidas.

1.2. Ambiente de Controlo e Monitorização

No MOA, as funções auditoria interna e o controlo de gestão estão cometidas à Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação (DAIPSI), constituindo uma atividade independente em relação aos outros serviços e unidades do município com linha de reporte direto ao executivo municipal.

Neste âmbito, é competência da DAIPSI proceder ao controlo e monitorização do PGGRO. Cabe aos serviços a responsabilidade de remeter a esta divisão reportes semestrais das ações desenvolvidas e grau de implementação do plano, bem como elaborar relatório anual contendo as ações implementadas e os resultados obtidos.

O controlo e monitorização deste plano inclui uma avaliação à execução do PGGRO para posterior emissão de relatório de acompanhamento e execução do plano a remeter às entidades de tutela, em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1.1 da Recomendação n.º 1/2009, do CPC.

2. EXECUÇÃO DO PLANO GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

2.1. Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais

O MOA aplica um modelo de gestão onde são consideradas as prioridades anuais aprovadas pelo executivo, garantindo procedimentos para que a definição dos objetivos propicie suporte e estejam alinhados com a missão da organização.

Anualmente, o executivo camarário define as ações prioritárias a desenvolver no ano e elabora a Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais, com base na qual os serviços planeiam as suas ações.

A gestão de riscos organizacionais é considerada uma prioridade estratégica do MOA, porém, da Carta de Objetivos Gerais do Município para 2021, não constam indicadores de acompanhamento do PGGRO.

Sendo a Carta de Objetivos Gerais uma ferramenta na qual os serviços baseiam a definição das ações a desenvolver ao longo do ano, este facto poderá influenciar a execução do referido plano se não forem desenvolvidas ações que sensibilizem os serviços para a importância do mesmo.

2.2. Sistema de Gestão da Qualidade

O Município de Oliveira de Azeméis mantém um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), cuja implementação remonta a 2003, ano em que viu certificados os seus primeiros serviços.

A política da qualidade do Município tem como referência a *Missão*, *Visão* e *Valores* da Gestão Municipal:

Missão

Defesa do interesse público com vista ao desenvolvimento local sustentado e um acréscimo contínuo da qualidade de vida da população;

Visão

A Câmara Municipal quer ser uma referência na gestão pública eficaz, na promoção da qualidade de vida dos cidadãos e na qualificação da base económica local;

Valores

Defesa do interesse público, integridade, cooperação, responsabilidade.

Decorrendo do SGQ está implementada, no MOA, uma política de qualidade, ferramenta fundamental para o bom desempenho dos serviços, onde se inclui o desenvolvimento de processos de gestão de riscos.

Em 2021, o SGQ do MOA foi submetido a auditoria no âmbito da certificação da qualidade, evidenciando graus adequados de conformidade, implementação e de eficácia relativamente à NP EN ISO 9001.

Os serviços/gabinetes, num total de 38, incluídos no âmbito da auditoria, que teve lugar a 15 e 16.julho.2021, foram os seguintes:

- Arquivo Municipal
- Atividade de Expediente e Serviços Gerais
- Biblioteca Municipal Ferreira de Castro
- Centro Lúdico

- . Divisão Municipal de Ação Social
- . Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação
- . Divisão Municipal de Contabilidade e Património
- . Divisão Municipal de Educação
- . Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento das Atividades Económicas (com exceção do Núcleo de competências de Gestão de Áreas de Acolhimento Empresarial)
- . Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- . Gabinete da Juventude e Tempos Livres
- . Gabinete de Comunicação
- . Gabinete de Contratação Pública
- . Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos
- . Gabinete de Desporto
- . Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos
- . Gabinete de Gestão de Recursos Humanos
- . Gabinete de Competências, Desempenho e Qualificação
- . Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural
- . Gabinete de Gestão e Programação de Eventos
- . Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria
- . Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais
- . Gabinete de Protocolo
- . Gabinete de Turismo
- . Loja do Município
- . Núcleo de Competências de Gestão Urbanística
- . Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza

- Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa
- Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal
- Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro
- Núcleo de Competências de Serviços Urbanos Ambientais
- Secção de Atas e Apoio Municipal aos Órgãos Autárquicos
- Secção de Contratos e Apoio Notarial
- Secção de Recrutamento, Seleção e Remunerações
- Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor
- Serviço Médico-Veterinário
- Serviço Municipal de Metrologia
- Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e de Contencioso

No relatório da referida auditoria foi identificado um Pedido de Ação Corretiva (PAC) por ter sido constatado, após análise ao Relatório de Acompanhamento e Execução 2017 – 2020 emitido a 14.maio.2021, a falta de reporte de algumas unidades orgânicas relativo ao estado de execução do plano, tal como definido no PGGRO.

No seguimento deste PAC, foram desenvolvidas ações corretivas que culminaram com a elaboração de um Relatório Intercalar de Acompanhamento e Execução do PGGRO (doc. I/68334/2021), aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal a 23.dezembro.2021. Este relatório foi remetido ao serviço com competências no âmbito da gestão do sistema de qualidade para os devidos efeitos. Foi, igualmente, dado conhecimento deste relatório intercalar aos responsáveis dos serviços.

2.3. Auditoria de Acompanhamento à Execução do PGGRO

Dando cumprimento ao cronograma de ações e monitorização do PGGRO e ao Plano Anual de Auditorias para o ano 2021, a auditoria interna de acompanhamento e monitorização do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais foi iniciada a 4.novembro.

Esta auditoria teve como âmbito a verificação da conformidade dos procedimentos adotados pelas unidades orgânicas em consonância com os planos de ação definidos para implementação do PGGRO, procedendo à avaliação da consolidação das ações ao longo de 2021, tendo por base as informações prestadas pelos serviços nos reportes efetuados.

Tendo em conta a informação preliminar recolhida, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Confirmar o cumprimento dos requisitos definidos no PGGRO pelos serviços;
- Confirmar a implementação e manutenção dos planos de ação;
- Avaliar a conformidade dos procedimentos adotados no tratamento e proteção de dados pessoais (RGPD).

A auditoria decorreu de 16 a 19.novembro.2021, conforme plano aprovado pelo Chefe de Divisão da DAIPSI e divulgado aos serviços através da gestão documental – doc. I/61282/2021. No entanto, devido a contingências dos serviços relacionadas, designadamente, com a situação pandémica que atualmente se vive, estes trabalhos de campo prolongaram-se até 17.dezembro.2021.

A execução da auditoria encontra-se em fase de trabalhos de gabinete para análise, consolidação dos dados obtidos e elaboração do respetivo relatório.

2.4. Análise à Execução do PGGRO

2.4.1. Identificação dos serviços abrangidos pelo PGGRO e respetivos responsáveis

O PGGRO é aplicado, de forma genérica, aos membros dos órgãos municipais, ao pessoal dirigente e a todos os trabalhadores e colaboradores do Município. A responsabilidade pela sua implementação, execução e avaliação é do Órgão Executivo e do Presidente da Câmara Municipal, bem como de todo o pessoal com funções dirigentes.

Compete aos responsáveis das diversas unidades orgânicas remeter à DAIPSI, reportes periódicos das ações desenvolvidas e grau de implementação do plano, bem como elaborar relatório anual contendo as ações implementadas e os resultados obtidos, de acordo com o cronograma de monitorização do plano.

O quadro abaixo apresenta as UO's abrangidas pelo PGGRO e os respetivos responsáveis no ano 2021.

UO's abrangidas pelo PGGRO e respetivos responsáveis - 2021

Cód.	UO Descrição	Responsáveis
		2021
201010200	Gabinete de Apoio ao Presidente Câmara	Ana Sofia Pinho
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	Vera Luísa Ferreira
2010110	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana de Jesus	Cláudia Matos
2010111	Gabinete de Apoio ao Vereador Helder Simões	Vera Luísa Ferreira
2010112	Gabinete de Apoio à Vereadora Inês Lamego	Vera Luísa Ferreira
201010201	Gabinete de Comunicação	Catarina Reis
201010202	Gabinete de Protocolo	Catarina Reis
2010203	Núcleo Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários	Cláudia Ramos
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	Teresa Melo
20104	Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos	José Figueiredo
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	Paula Oliveira
2010405	Serviço de Metrologia	Paula Oliveira
2010701	Serviço Municipal de Proteção Civil	Alberto Godinho
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	Emília Marques
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	Isabel Aniceto
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	Nuno Gomes
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	Teresa Melo

(Continua/...)

(.../continuação)

UO		Responsáveis
Cód.	Descrição	2021
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	Teresa Melo
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	Teresa Melo
2011205	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza	Ándrea Ferreira
2011207	Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	Mário Jorge Sousa
20113	Divisão Municipal de Ação Social	Maria da Luz Pinto
20114	Divisão Municipal de Educação	Nuno Tavares
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	Ana Raquel Borralho
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	Ângela Azevedo
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	Fernanda Soares
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	João Tavares
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	Ricardo Freitas
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	Catarina Reis
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	Carlos Mota
2011509	Gabinete do Desporto	Pedro Costa
2011510	Gabinete do Turismo	Sandra Santos
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	Pedro Saavedra
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	Pedro Costa
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	Catarina Reis
20116	Loja do Municípe	José Correia
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	Luis Cabral
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	Sónia Espírito Santo
2040105	Secção de Tesouraria	Carla Sá Dores Costa
2040106	Gabinete de Contratação Pública	Elsa Félix
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	Carlos Maia
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	Margarida Mota Ferreira
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	Vera Silva
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	António Castanheira
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	Abílio Estrela

2.4.2. Alterações/revisões aos planos de ação do PGGRO

Ao longo de 2021, foram vinte e nove (29) as unidades orgânicas que procederam a ajustes aos planos de ações no seguimento de alteração de funções, reajustamento/introdução de novos procedimentos de controlo e/ou entrada em vigor de nova legislação, transição para o novo método de gestão de risco por integração com o SGQ.

De forma a garantir o cumprimento dos procedimentos definidos para o efeito, a DAIPSI acompanhou os processos de alteração e/ou revisão propostos pelos responsáveis dos serviços com vista à sua validação.

No quadro abaixo identificam-se as unidades orgânicas com alterações e/ou revisões dos planos de ação efetuadas e validadas.

Planos de ação alterados/revistos - 2021

UO		Tipologia de Alteração/Atualização
Cód.	Descrição	
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2010111	Gabinete de Apoio ao Vereador Helder Simões	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2010112	Gabinete de Apoio à Vereadora Inês Lamego	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2010113	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana Filipa Oliveira	Nova UO Definição de plano de ação
201010201	Gabinete de Comunicação	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
201010202	Gabinete de Protocolo	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	Em processo de reformulação

(Continua/...)

(.../continuação)

UO		Tipologia de Alteração/Atualização
Cód.	Descrição	
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	Em processo de reformulação
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
20113	Divisão Municipal de Ação Social	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011509	Gabinete do Desporto	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
20116	Loja do Município	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	Integração das ações definidas para a UO 20401
2040105	Secção de Tesouraria	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
2040106	Gabinete de Contratação Pública	Revisão para adequação/atualização de procedimentos
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	Conclusão da transição para a nova abordagem à gestão do risco
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	Revisão para adequação/atualização de procedimentos

2.4.3. Percentagem de reporte e valor médio de execução

O controlo e monitorização do PGGRO compete à DAIPSI conforme referido no ponto 1.2. deste relatório, encontrando-se definido e implementado o procedimento de acompanhamento do mesmo, sendo executado com base no contributo prestado pelos responsáveis das UO's incluídas no plano, designadamente, através do envio de relatórios elaborados semestralmente. De forma a garantir o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do PGGRO por parte dos responsáveis, em cada semestre foram desenvolvidas ações, designadamente, através do envio de lembretes aos serviços, via e-mail, alertando para a necessidade de procederem ao reporte da execução do PGGRO.

Devendo o reporte relativo ao 1º semestre do ano ser efetuado até 31.julho de cada ano, foram enviados lembretes a 06 e 19.julho.2021. Mais tarde, e considerando que neste período já se registaram períodos de férias, a 13.setembro foi enviado novo e-mail aos serviços que não haviam feito reporte no prazo definido. O prazo de reporte relativo ao 2º semestre do ano é 31.janeiro do ano seguinte, pelo que foram enviados lembretes a 10 e 19.janeiro.2022. Em fase de análise dos dados com vista à elaboração deste documento, a 11.fevereiro.2022 foi enviado novo lembrete aos serviços que não haviam feito reporte até à data.

De referir que face às ações desenvolvidas foi conseguida uma percentagem de reporte por parte dos serviços de 93% (39 em 42 serviços). Em 2020, a percentagem de reporte por parte dos serviços foi de 38% (15 em 39 serviços). Esta inversão de valores poderá explicar-se por uma maior consciencialização dos responsáveis da relevância do PGGRO dada a sua integração no SGQ enquanto ferramenta de gestão do risco de acordo com os requisitos da norma ISO 9001, em resultado da PAC identificada na auditoria realizada no âmbito da certificação da qualidade, conforme referido no ponto 2.2. No entanto, constata-se que as 3 UO's identificadas no quadro não apresentaram qualquer reporte no ano de 2021. Relativamente a estes, e para determinação do valor de execução do PGGRO, foram tidos em conta os últimos dados registados.

UO's sem reporte à data de 31.dezembro.2021

UO		Últimos Dados Registados
Cód.	Descrição	
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	Plano alt. jun.2019 Sem dados p/registo
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	abr.2018
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	mar.2018

É importante referir que a falta de reporte atualizado prejudica a aferição dos resultados efetivos, recomendando-se aos serviços que mantenham a prática de reporte semestral dos seus planos de ação, conforme com o definido no PGGRO (ponto 2. do PPRCIC que integra o PGGRO no seu ponto 2.1.).

No que respeita à execução do PGGRO em 2021, o quadro abaixo apresenta o resumo da mesma e compara com os resultados obtidos em 2020.

Quadro-resumo da execução do PGGRO no ano 2021

Ano	Ponto Situação Reporte	PGGRO Nº UO's	Ações Implementadas					Total	% Execução Média
			0%	25%	50%	75%	100%		
2020	Reportada	15	9	0	0	8	369	386	97%
	Não Reportada	24	63	0	1	3	385	452	86%
Totais		39	72	0	1	11	754	838	92%
2021	Reportada	39	18	3	6	21	752	800	96%
	Não Reportada	3	13	0	0	0	58	71	84%
Totais		42	31	3	6	21	810	871	95%

Analisando o quadro-resumo constata-se a inclusão de +3 UO, resultante de planos que se encontravam em reformulação, cuja conclusão ocorreu no decurso do 1º semestre do ano.

Observando apenas os dados reportados pelos serviços a 31.dezembro, no ano de 2021 o PGGRO atingiu um valor médio de execução de 96%.

Considerando a totalidade dos dados disponíveis (dados reportados à data de 31.dezembro e dados dos últimos reportes disponibilizados pelos serviços que não efetuaram reporte), a taxa de execução global do PGGRO obtida em 2021 é de 95%. O decréscimo verificado na percentagem de execução, por inclusão dos últimos dados registados referentes aos serviços sem reporte, comprova o impacto da falta de reporte atualizado nos resultados obtidos.

Visando garantir a dedicação e empenho dos serviços nas matérias relacionadas com o PGGRO, reitera-se a recomendação feita no Relatório de Acompanhamento e Execução 2017 – 2020, relativa à definição/manutenção de mecanismos que garantam a sustentação dos procedimentos constantes do PGGRO, nomeadamente, a manutenção de objetivo de atuação, de forma a vincular os serviços à execução do mesmo.

2.4.4. Nível de execução do PGGRO

Os quadros seguintes pormenorizam os dados trabalhados para obtenção da informação constante do ponto 2.4.3.

Execução PGGRO reportada à data de 31.dezembro.2021

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%	
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	5	0	0	0	0	5	100%
2010111	Gabinete de Apoio ao Vereador Helder Simões	5	0	0	0	0	5	100%
2010112	Gabinete de Apoio à Vereadora Inês Lamego	5	0	0	0	0	5	100%
2010113	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana Filipa Oliveira	3	0	0	0	0	3	100%
201010201	Gabinete de Comunicação	20	0	0	0	0	20	100%
201010202	Gabinete de Protocolo	4	0	0	0	0	4	100%
2010203	Núcleo Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários	7	0	0	0	0	7	100%
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	31	0	0	0	0	31	100%
20104	Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos	1	0	0	0	0	1	100%
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	2	0	0	0	0	2	100%
2010405	Serviço de Metrologia	6	0	0	0	0	6	100%
2010701	Serviço Municipal de Proteção Civil	13	1	0	1	3	8	83%
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	24	1	0	1	0	22	94%
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	28	0	0	0	0	28	100%
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	58	1	0	0	3	54	97%
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	13	5	0	0	0	8	62%
2011205	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza	49	3	1	1	4	40	89%
2011207	Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal							
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	24	0	0	0	0	24	100%
20113	Divisão Municipal de Ação Social	49	0	0	0	1	48	99%
20114	Divisão Municipal de Educação	24	2	1	0	1	20	88%
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	33	0	1	0	2	30	96%
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	26	1	0	1	0	24	94%
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	13	0	0	0	0	13	100%
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	13	0	0	0	0	13	100%
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	8	1	0	0	1	6	84%
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	1	0	0	0	0	1	100%

(Continua/...)

(.../continuação)

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%	
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	10	0	0	0	0	10	100%
2011509	Gabinete do Desporto	19	0	0	0	3	16	96%
2011510	Gabinete do Turismo	11	0	0	0	0	11	100%
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	17	0	0	0	0	17	100%
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	24	2	0	0	1	21	91%
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	6	0	0	0	0	6	100%
20116	Loja do Município	40	0	0	0	0	40	100%
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	33	0	0	1	0	32	98%
2040105	Secção de Tesouraria	14	0	0	0	2	12	96%
2040106	Gabinete de Contratação Pública	18	0	0	1	0	17	97%
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	9	1	0	0	0	8	89%
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	80	0	0	0	0	80	100%
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	54	0	0	0	0	54	100%
Total		800	18	3	6	21	752	
Taxa de Execução Média								96%

Execução do PGGRO sem reporte à data de 31.dezembro.2021

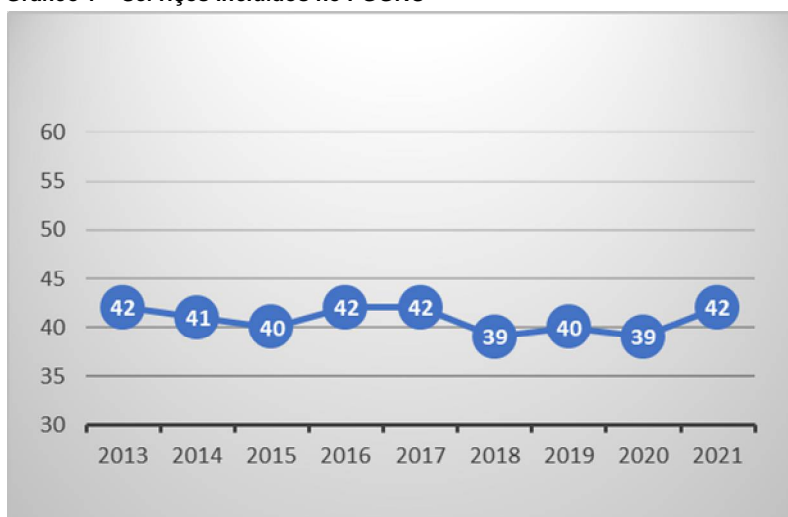
UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.	Últimos Dados Registrados
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%		
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	10	10					0%	Plano alt. jun.2019 Sem dados p/registo
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	22					22	100%	abr.2018
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	39	3				36	92%	mar.2018
Total		71	13	0	0	0	58		
Taxa de Execução Média								82%	

2.4.5. Análise comparativa da execução do PGGRO

Neste ponto do relatório procede-se a uma análise comparativa dos dados obtidos no ano 2021 com os resultados obtidos em anos anteriores.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução do PGGRO em alguns parâmetros no período de 2013 a 2021.

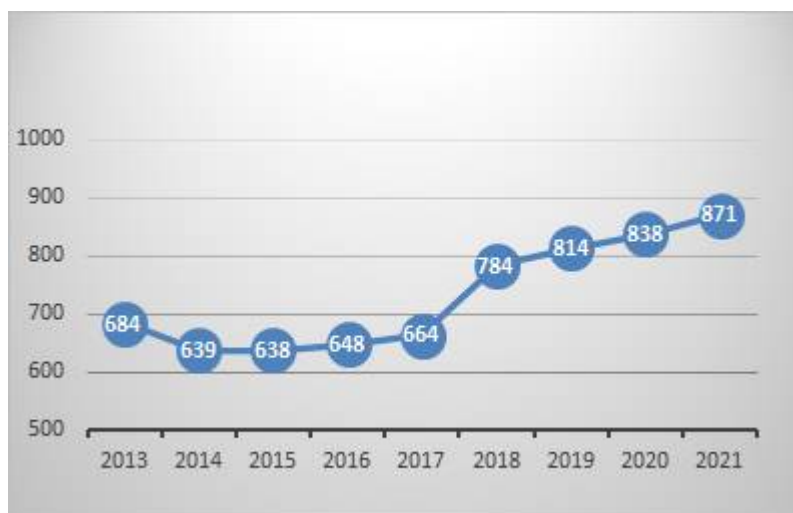
Gráfico 1 – Serviços incluídos no PGGRO



A 31.dezembro.2021, eram 42 as UO's envolvidas no plano. Entre 2013 e 2021, a tendência de evolução do número de UO's abrangida é relativamente constante. As pequenas variações ocorreram na sequência dos ajustamentos na orgânica do município e/ou reformulação de planos de ação.

O aumento de +3 serviços em 2021, relativamente a 2020, deve-se à reativação de planos de ação que se encontravam inativos, em reformulação.

Gráfico 2 – Número de ações a executar no PGGRO

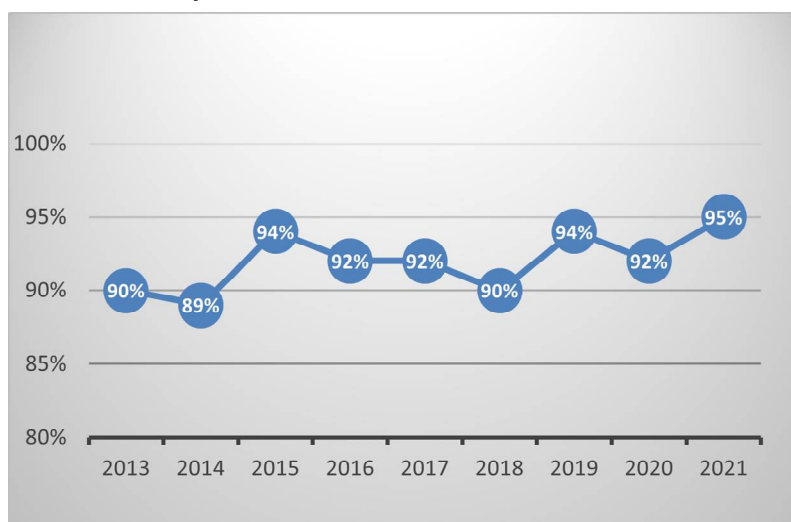


O gráfico 2 mostra-nos que entre 2013 e 2017 a variação no número de ações definidas nos planos dos diversos serviços é baixa.

A partir de 2018 verificou-se um aumento substancial no número de ações a executar originado pela transição do SGQ para a nova norma da qualidade NP EN ISO 9001 e pela adoção do novo modelo de avaliação de risco.

Esta tendência de aumento do número de ações mantém-se em 2021, resultado da continuidade desses trabalhos.

Gráfico 3 – Execução média anual PGGRO



Considerando a totalidade dos dados disponíveis (dados reportados à data de 31.dezembro e dados dos últimos reportes disponibilizados pelos serviços que não efetuaram reporte), a taxa de execução global do PGGRO obtida para o ano de 2021 é de 95%.

Conforme análise efetuada no ponto 2.4.3, tendo em conta apenas os dados reportados pelos serviços, o valor médio de execução do PGGRO obtido, face ao número de ações a desenvolver, foi de 96%, o que demonstra o impacto da falta de reporte na avaliação dos resultados obtidos.

2.4.6. Ações mais relevantes

Ao longo de 2021 foi dada continuidade a ações de melhoria, reflexão, divulgação e esclarecimento, observando quer as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) quer nova legislação e normas, no sentido de garantir a função *compliance* no MOA.

- **Regulamento de Registo de Conflito de Interesses** – Aprovação do regulamento conforme Lei nº 52/2019, de 31.julho.
- **Autoavaliação e revisão anual das declarações de conflitos de interesses** – Promoção da autoavaliação da política de gestão de conflitos de interesses e revisão das declarações de conflitos de interesses, conforme Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 8.janeiro.2020.
- **Continuidade do processo de centralização e reporte das despesas COVID-19** - Efetuadas ações de atuação e alerta junto das diferentes unidades orgânicas quanto aos documentos e alertas emitidos pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e pelo Tribunal de Contas, quanto ao nível de organização e constituição de registo e dossiers das medidas e programas aplicar, bem como a centralização de reporte das despesas COVID à DGAL pela Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação e pela Divisão de Contabilidade e Património.
- **Controlo da Receita** – Assegurar a emissão de relatório bimensal de análise e acompanhamento da receita/proveitos e guias emitidas e não cobradas.
- **SNC-AP** – Continuidade do processo de levantamento e revisão das normas do Sistema de Controlo Interno do MOA de forma a adequá-las ao novo sistema de contabilidade.
- **Apoios/Subsídios** - Ações de melhoria nos procedimentos de apoios/subsídios - controlo e verificação da justificação das despesas, designadamente, através da criação de regulamentação dos procedimentos na atribuição/concessão de subsídios, no seguimento da aprovação em reunião de Câmara de 19.novembro.2020 do início do procedimento para a aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

- **Incentivos de benefícios fiscais de impostos municipais** – Iniciados os procedimentos para elaboração do Regulamento de Incentivos de Benefícios Fiscais de Impostos Municipais.
- **Contratação pública** – Adoção de medidas no sentido de acolher a recomendação 4/2019 do CPC, designadamente, desenvolvimento de instrumentos de planeamento específicos em matéria de contratação pública (v.g. planos de compras); fundamentação da contratação; formação de recursos humanos; mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesses; priorização do recurso a procedimentos concorrenciais; transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente o cumprimento da obrigação de publicação no portal da contratação pública.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9.dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, 180 dias após a sua publicação (data prevista: 07.junho.2022) exigirá novas obrigações, mecanismos de controlo, de publicidade, de transparência, de comunicação, de reporte e revisão trienal, bem como a implementação de programa de cumprimento normativo, o que obrigará à revisão/alteração do PGGRO de forma a garantir o cumprimento deste normativo.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.1. Ponto 2.1. do Relatório

Sendo a gestão de riscos organizacionais uma prioridade estratégica do MOA, os indicadores de acompanhamento do PGGRO não constam da Carta de Objetivos do Município para 2021. Considerando que esta é uma ferramenta na qual os serviços se baseiam para definir as ações a desenvolver, este facto poderá influenciar a execução do referido plano se não forem desenvolvidas ações que sensibilizem os serviços para a importância do mesmo.

3.2. Ponto 2.2. do Relatório

A 15 e 16.julho.2021, decorreu a auditoria ao SGQ do MOA, estando incluídos no âmbito da mesma 38 serviços/gabinetes, da qual resultou a abertura de um Pedido de Ação Corretiva (PAC) pela entidade auditora por ter sido constatado, após análise ao Relatório de Acompanhamento e Execução 2017 – 2020 emitido a 14.maio.2021, a falta de reporte de algumas unidades orgânicas do estado de execução do plano, tal como definido no PGGRO.

No seguimento deste PAC, foram desenvolvidas ações corretivas que culminaram com a elaboração de um Relatório Intercalar de Acompanhamento e Execução do PGGRO (doc. I/68334/2021), aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal a 23.dezembro.2021. Este relatório foi remetido ao serviço com competências no âmbito da gestão do sistema de qualidade para os devidos efeitos. Foi, igualmente, dado conhecimento deste relatório intercalar aos responsáveis dos serviços.

3.3. Ponto 2.4.2. do Relatório

Ao longo de 2021, foram vinte e nove (29) as unidades orgânicas que procederam a ajustes aos planos de ações no seguimento de alteração de funções, reajustamento/introdução de novos procedimentos de controlo e/ou entrada em vigor de nova legislação, transição para o novo método de gestão de risco por integração com o SGQ.

3.4. Ponto 2.4.3. do Relatório

De forma a garantir o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do PGGRO por parte dos responsáveis, em cada semestre foram desenvolvidas ações, designadamente, através do envio de lembretes aos serviços, via e-mail, alertando para a necessidade de procederem ao reporte da execução do PGGRO.

Face às ações desenvolvidas foi conseguida uma percentagem de reporte por parte dos serviços de 93% (39 em 42 serviços). Em 2020, a percentagem de reporte por parte dos serviços foi de 38% (15 em 39 serviços). Mantem-se a falta de reporte por parte de 3 UO's.

Esta inversão de valores poderá explicar-se por uma maior consciencialização dos responsáveis da relevância do PGGRO dada a sua integração no SGQ enquanto ferramenta de gestão do risco de acordo com os requisitos da norma ISO 9001, em resultado da PAC identificada na auditoria realizada no âmbito da certificação da qualidade, conforme referido no ponto 2.2.

Observando apenas os dados reportados pelos serviços a 31.dezembro, no ano de 2021 o PGGRO atingiu um valor médio de execução de 96%.

No entanto, considerando a totalidade dos dados disponíveis (dados reportados à data de 31.dezembro e dados dos últimos reportes disponibilizados pelos serviços que não efetuaram reporte), a taxa de execução global do PGGRO obtida em 2021 é de 95%. Esta diminuição na percentagem de execução demonstra o impacto da falta de reporte nos resultados obtidos.

Recomenda-se aos serviços a manutenção da prática de reporte semestral das ações implementadas, em conforme com o definido no PGGRO (ponto 2. do PPRCIC que integra o PGGRO no seu ponto 2.1.).

Visando garantir o não abrandamento da dedicação aos processos relacionados com o PGGRO, reitera-se a recomendação feita no Relatório de Acompanhamento e Execução 2017 - 2020, relativa à definição/manutenção de mecanismos que garantam a sustentação dos procedimentos constantes do PGGRO, nomeadamente, a manutenção de objetivo de atuação, de forma a vincular os serviços à execução do mesmo.

3.5. Proposta de Envio do Relatório e Divulgação

Dando cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção e conforme previsto no PGGRO, o Município de Oliveira de Azeméis deverá enviar o presente Relatório de Execução ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas, à Presidência de Conselho de Ministros e à Inspeção Geral de Finanças.

Considerando o âmbito e transversalidade da informação, somos de opinião de que o presente relatório deverá ser, igualmente, remetido à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, bem como aos responsáveis das unidades orgânicas do Município, para conhecimento e a adoção de medidas que garantam o cumprimento do PGGRO. Sugere-se, ainda, a sua publicação no sítio da internet do MOA.

Oliveira de Azeméis, 10 de março de 2022

Nuno Gomes

Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\vps-storage2\gaicg\Dados Partilhados\PGGROM\2021\Relatório Final\Relatório_Execução_PGGRO_2021.doc